



**ESMESC**

Escola Superior  
da Magistratura  
do Estado de  
Santa Catarina

## **SIMULADO SEMESTRAL 2020.1**

**INSTRUÇÕES GERAIS SOBRE A PROVA FORAM  
DISPONIBILIZADAS NA PLATAFORMA  
EDUCACIONAL DA ESMESC.**

Florianópolis, 28 de agosto de 2020.



## DIREITO CONSTITUCIONAL

### **É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria:**

- Reservada a lei ordinária.
- Relativa a direito penal, processual penal e processual civil e tributário.
- Reserva a direito administrativo e financeiro.
- Direito urbanístico.
- **Já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República.**

### **Com relação ao processo legislativo é CORRETO afirmar:**

- O veto presidencial constitui um momento de controle repressivo de constitucionalidade.
- O projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra, em dois turnos de discussão e votação, e enviado à sanção ou promulgação, se a Casa revisora o aprovar, ou arquivado, se o rejeitar.
- As leis delegadas serão elaboradas pelo Presidente da República, que independe de autorização do Congresso Nacional.
- **A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.**
- O presidente do Congresso Nacional também é competente para vetar projetos de lei ordinária.

### **As Comissões Parlamentares de Inquérito:**

- Somente podem ser criadas mediante requerimento de um terço dos membros do Congresso Nacional, aprovado pela respectiva Mesa, para promover a responsabilidade criminal dos infratores, no prazo de noventa dias.
- **Têm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais e são criadas, nos termos da Constituição, para apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.**
- Visam a apurar ilegalidades no âmbito do Parlamento, com o auxílio do Tribunal de Contas, desde que autorizada sua instalação pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional.
- Somente devem remeter suas conclusões ao Ministério Público se houver solicitação expressa do Chefe do *Parquet*, exclusivamente para promover a ação penal pública da qual, segundo a Constituição, é titular, cabendo a responsabilização civil à Advocacia Geral da União.
- As CPI são competentes para expedir mandado de prisão temporária.



**De acordo com o que prescreve o Capítulo I do Título II da Constituição Federal, que trata Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, é CORRETO afirmar que é:**

- Livre a manifestação do pensamento, sendo garantido o anonimato.
- **Livre a expressão de atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independente de censura ou licença.**
- Livre a locomoção no território nacional a qualquer tempo.
- Plena a liberdade de associação para quaisquer fins, vedada a de caráter paramilitar.
- A liberdade de reunião poderá ser exercida nos limites da autorização concedida pela autoridade policial.

**A inviolabilidade de domicílio, assegurada pelo art. 5º, XI, da Constituição Federal:**

- Pode ser suprimida por lei ordinária, visando a garantir o estado democrático de direito.
- Pode sofrer restrição por meio de decreto do Presidente da República.
- Prevê a possibilidade de ingresso em domicílio, a qualquer tempo, mediante ordem judicial ou para prestação de socorro.
- Segundo o STF a expressão casa deve ter uma interpretação restritiva, sendo exclusiva para o local de domicílio.
- **Prevê a possibilidade de ingresso em domicílio em caso de flagrante delito, no período diurno ou noturno.**

**Assinale a alternativa CORRETA:**

- Liberdade de locomoção, prevista no art. 5º, VIII da CF/88 permite que qualquer tipo de ato infraconstitucional venha a estabelecer restrições ao bem jurídico objeto da proteção.
- O direito de liberdade de reunião é considerado como sendo somente um direito coletivo.
- A Constituição Federal prevê em seu art. 5º, parágrafo 1º que os direitos fundamentais têm aplicação imediata, sendo por este motivo que os direitos fundamentais, presentes no texto constitucional pode ser considerado como norma de eficácia plena.
- A liberdade de associação, para ser exercida, depende de autorização do poder executivo.
- **Os direitos fundamentais não podem ser retirados do texto constitucional e nem sofrer retrocesso por via de emenda à constituição.**

**Assinale a alternativa INCORRETA:**

- O plebiscito está previsto no art. 14 da CF/88 e é considerado como instrumento de democracia direta.
- Conforme presente na Constituição Brasileira de 1988 os partidos políticos possuem personalidade jurídica conforme a lei civil, sendo, portanto, pessoas jurídicas de direito



privado.

- As idades mínimas, previstas no art. 14, § 3º, VI, são consideradas na data da posse do eleito. Salvo para vereador que deve ser considerada na data do registro de candidatura.
- A incapacidade civil absoluta é considerada como um caso de suspensão dos direitos políticos.
- **Não existe previsão de voto facultativo para os maiores de 18 anos.**

#### **Compete privativamente a União legislar sobre:**

- Juntas comerciais.
- Previdência social, proteção e defesa da saúde.
- Proteção à infância e à juventude.
- **Trânsito e transporte.**
- Direito econômico.

#### **Conforme o previsto pela Constituição Federal no tocante ao poder executivo é CORRETO afirmar:**

- A eleição do presidente e do vice, em qualquer hipótese, é realizada diretamente.
- Em havendo vacância dos cargos de presidente e vice da República assume o cargo o presidente do Congresso Nacional.
- **Compete privativamente ao Presidente da República celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional.**
- Compete privativamente ao Presidente da República decretar e executar a intervenção federal ou municipal.
- Compete ao Presidente da República vetar decretos legislativos e resoluções elaboradas pelo Congresso Nacional.

#### **Segundo previsão expressa da Constituição Federal, os tratados internacionais sobre direitos humanos, em que a República Federativa do Brasil for parte, equivalerão, na ordem interna:**

- **Às emendas constitucionais, desde que aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.**
- Às emendas constitucionais, porque sempre deverão ser aprovados, em cada Casa do Congresso, em dois turnos, por maioria simples dos votos dos respectivos membros.
- Aos Decretos Regulamentares, por serem atos praticados exclusivamente pelo Presidente da República, enquanto Chefe de Governo, sem a participação do Congresso Nacional.
- Às sentenças estrangeiras, porque devem ser previamente homologados pelo Superior Tribunal de Justiça.
- São dotadas de status supralegal.



## DIREITO CIVIL

### **De acordo com o Código Civil, assinale a alternativa INCORRETA:**

- Anulado o negócio jurídico, restituir-se-ão as partes ao estado em que antes dele se achavam, e, não sendo possível restituí-las, serão indenizadas com o equivalente.
- É anulável o negócio concluído pelo representante em conflito de interesses com o representado, se tal fato era ou devia ser do conhecimento de quem com aquele tratou.
- Bens divisíveis são os que se podem fracionar sem alteração na sua substância, diminuição considerável de valor, ou prejuízo do uso a que se destinam.
- **Como regra, a lei começa a vigorar em todo o país 120 (cento e vinte) dias depois de oficialmente publicada.**
- Em regra, a sucessão por morte ou por ausência obedece à lei do país em que domiciliado o defunto ou o desaparecido, qualquer que seja a natureza e a situação dos bens.

### **Assinale a alternativa CORRETA:**

- **São lícitas, em geral, todas as condições não contrárias à lei, à ordem pública ou aos bons costumes; entre as condições defesas se incluem as que privarem de todo efeito o negócio jurídico, ou o sujeitarem ao puro arbítrio de uma das partes.**
- Ao titular do direito eventual, nos casos de condição suspensiva ou resolutiva, não é permitido praticar os atos destinados a conservá-lo.
- Nos testamentos, presume-se o prazo em favor do herdeiro, e, nos contratos, em proveito do credor, salvo, quanto a esses, se do teor do instrumento, ou das circunstâncias, resultar que se estabeleceu a benefício do devedor, ou de ambos os contratantes.
- Os negócios jurídicos entre vivos, sem prazo, são exequíveis após notificação, salvo se a execução tiver de ser feita em lugar diverso ou depender de tempo.
- Salvo disposição legal ou convencional em contrário, computam-se os prazos, incluído o dia do começo, e excluído o do vencimento.

**Ana é bailarina de um famoso Circo. Seu novo projeto consiste em viajar pelo Brasil fazendo espetáculos. Considerando que Ana nasceu em Florianópolis, que seus pais residem em Alagoas e que seus filhos residem em Salvador, de acordo com o Código Civil Brasileiro, ter-se-á como domicílio civil de Ana:**

- **O lugar em que for encontrada.**
- Florianópolis ou Salvador.
- Florianópolis, somente.
- Salvador, somente.
- Alagoas, somente.

**Levi, empresário, solteiro, sem filhos, possui um vultoso patrimônio. Desde 2015, apresenta o hábito de jogar. No início de 2018, chegou a perder mais de dois**



**milhões em apostas. Em razão do vício em jogos e apostas, sua vida financeira e afetiva começou a ficar comprometida. Considerando a situação de Levi, segundo o Código Civil, assinale a afirmativa CORRETA:**

- É absolutamente incapaz para prática de atos da vida civil.
- É considerado relativamente incapaz por ser ébrio habitual.
- Estende-se, ao menos quanto aos atos civis que digam respeito ao seu patrimônio, a relativa incapacidade de exprimir sua vontade por causa transitória.
- Independente de sua condição, é plenamente capaz para prática de todos os atos da vida civil.
- **Estende-se, ao menos quanto aos atos civis que digam respeito ao seu patrimônio, a relativa incapacidade em razão da prodigalidade.**

**Sobre a responsabilidade civil, assinale a alternativa INCORRETA:**

- **O incapaz não responde pelos prejuízos que causar, cabendo às pessoas por ele responsáveis assumir a obrigação de maneira solidária.**
- A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.
- Se a vítima tiver concorrido culposamente para o evento danoso, a sua indenização será fixada tendo-se em conta a gravidade de sua culpa em confronto com a do autor do dano.
- Se o ofendido não puder provar prejuízo material, caberá ao juiz fixar, equitativamente, o valor da indenização, na conformidade das circunstâncias do caso.
- O dono, ou detentor, do animal ressarcirá o dano por este causado, se não provar culpa da vítima ou força maior.

**Quanto ao direito das obrigações, é INCORRETO afirmar que:**

- Nas coisas determinadas pelo gênero e pela quantidade, a escolha pertence ao devedor, se o contrário não resultar do título da obrigação; mas não poderá dar a coisa pior, nem será obrigado a prestar a melhor.
- **Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao credor, se outra coisa não se estipulou.**
- Nas coisas determinadas pelo gênero e pela quantidade, a escolha pertence ao devedor, se o contrário não resultar do título da obrigação; mas será obrigado a prestar a melhor.
- Na obrigação de dar coisa incerta, é imprescindível a indicação de gênero e quantidade.
- Se a prestação do fato se tornar impossível sem culpa do devedor, resolver-se-á a obrigação.

**Relativamente ao Direito Sucessório, é INCORRETO afirmar:**

- De acordo com o Código Civil, é possível nomear testamenteiro em codicilo.



- Na linha colateral, se apenas concorrerem tios e sobrinhos aos bens do falecido, que não é casado, nem deixa pais e filhos, os sobrinhos serão chamados à sucessão.
- O Código Civil permite expressamente que se realize testamento holografo.
- **De acordo com o STJ, o reconhecimento do direito real de habitação, a que se refere o art. 1.831 do Código Civil, pressupõe a inexistência de outros bens no patrimônio do cônjuge/companheiro sobrevivente.**
- O herdeiro necessário, a quem o testador deixar a sua parte disponível, ou algum legado, não perderá o direito à legítima.

**De acordo com o Código Civil, assinale a alternativa CORRETA:**

- Se o finado tinha dois filhos vivos e três netos, filhos do filho pré-morto, a herança será dividida em três partes; as duas primeiras cabem aos dois filhos que herdaram por direito de representação, e a terceira parte será dividida pelos três netos que herdaram por cabeça no lugar do pai falecido.
- Se o herdeiro maior prejudicar os seus credores renunciando à herança, poderão eles aceitá-la em nome do renunciante, desde que para tanto concorde o Ministério Público.
- **A renúncia da herança deve ser expressa e realizada em instrumento público ou por termo nos autos do processo judicial.**
- Estão legitimados a suceder, na sucessão legítima, os já nascidos, os concebidos e a prole eventual de pessoas já existentes.
- A incapacidade superveniente do testador invalida o testamento realizado anteriormente.

**Acerca do direito das coisas é CORRETO afirmar:**

- **O direito real de uso pode recair sobre coisas móveis e/ou imóveis.**
- O direito real de usufruto constituído em favor de pessoa natural será extinto automaticamente e independentemente de cancelamento do registro ao atingir trinta anos (contados da data da assinatura ou termo).
- O Direito real de habitação, ao contrário do direito real de uso, confere ao seu titular o direito de perceber os frutos naturais e civis pendentes ao iniciar o direito.
- O Direito real de superfície não pode ser constituído em favor de pessoa jurídica de direito privado.
- São direitos reais sobre coisas alheias: servidão, penhor, propriedade e superfície.

**De acordo com o Código Civil Brasileiro, assinale a alternativa CORRETA:**

- O fâmulos da posse tem tanto a posse direta quanto a indireta.
- As servidões prediais são divisíveis e destacáveis desde que juntamente com a divisão dos imóveis sobre os quais recai esse direito real.
- **O usufrutuário tem direito à posse, uso, administração e percepção dos frutos naturais e civis.**
- A decretação de Calamidade Pública é caso de vencimento antecipado de dívida garantida por meio das garantias reais estabelecidas no Código Civil Brasileiro.



- A servidão de passagem e a passagem forçada têm como fundamento acrescentar utilidade e agradabilidade ao imóvel.

### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

#### **Das alternativas abaixo, assinale a CORRETA:**

- O recurso pode ser interposto pela parte vencida e vencedora, pelo terceiro prejudicado e pelo Ministério Público, como parte ou como fiscal da lei.
- **Compete ao terceiro demonstrar a possibilidade de a decisão sobre a relação jurídica submetida à apreciação judicial atingir direito de que se afirme titular ou que possa discutir em juízo como substituto processual.**
- O recurso adesivo não está subordinado ao recurso principal.
- O recorrente poderá, a qualquer tempo, com a anuência do recorrido, desistir do recurso.
- A interposição do recurso, impede a eficácia da decisão recorrida.

#### **Das alternativas abaixo, assinale a CORRETA:**

- A insuficiência do valor do preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, implicará em deserção.
- Em hipótese alguma o relator poderá releva a pena de deserção.
- O equívoco no preenchimento da guia de custa implicará a aplicação da pena de deserção.
- O julgamento proferido pelo tribunal substituirá a decisão recorrida.
- **O julgamento proferido pelo tribunal substituirá a decisão impugnada no que tiver sido objeto de recurso.**

#### **Das alternativas abaixo, assinale a CORRETA:**

- A desistência do recurso impede a análise de questão cuja repercussão geral já tenha sido reconhecida.
- A parte que aceitar, expressa ou tacitamente a decisão poderá recorrer.
- A renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação da outra parte.
- **Considera-se aceitação tácita a prática, sem nenhuma reserva, de ato incompatível com a vontade de recorrer.**
- Considera-se aceitação tácita a prática de ato incompatível com a vontade de recorrer.

#### **Sobre a ação monitória, é CORRETO afirmar:**

- No procedimento aplicado na ação monitória, afigura-se incabível a citação por edital ou por hora certa, cabendo somente a citação pessoal, por meio de oficial de justiça, diante da necessidade de se empreender buscas por bens, para fins de realização de penhora, em caso de inadimplemento voluntário da obrigação pelo réu.





- A ação monitória é exclusiva para se dirimir litígio decorrente de relação jurídica atinente ao pagamento de quantia certa em dinheiro, não se admitindo esta ação quando o objeto da obrigação envolver entrega de bem móvel ou imóvel ou ainda o cumprimento de obrigação de fazer ou de não fazer.
- Pelo entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça, é incabível o procedimento monitório para cobrança da título executivo prescrito, tendo em conta a possibilidade de este embasar ação executiva, de modo a evidenciar a desnecessidade quanto à tramitação de um processo de cognição, como se dá com a ação monitória.
- **Após citado na ação monitória, em havendo o cumprimento espontâneo pelo réu quanto à obrigação postulada na inicial, no prazo concedido aos embargos monitórios, como medida de fomento ao consenso, a lei autoriza que os honorários advocatícios sejam fixados em 5% (cinco por cento) sobre o valor atribuído à causa.**
- Para viabilizar a ação monitória, é imprescindível a existência de prova escrita, que evidencie a plausibilidade do direito alegado pelo autor, não se permitindo, sob nenhuma hipótese, a produção de prova oral, para fins de documentação, em regime de produção antecipada de provas.

**Em relação às ações de família de cunho contencioso, previstas no Código de Processo Civil, é CORRETO afirmar:**

- **Nas ações de família de natureza contenciosa, serão empreendidos todos esforços para se alcançar a solução consensual, visando à resolução da controvérsia, podendo as sessões de conciliação e mediação desdobrarem-se em tantos atos quanto forem necessárias para se atingir este desiderato.**
- A citação do réu nas ações de família de cunho litigioso, dá-se pela mesma forma como ocorre no procedimento comum, sendo plenamente cabível a citação pela via postal, assim como a citação por hora certa.
- Ajuizada a ação de divórcio ou de separação judicial de natureza litigiosa, o procedimento a ser impresso será o procedimento comum, previsto no Código de Processo Civil, já a partir da propositura da demanda.
- Em havendo a possibilidade de as partes alcançarem o consenso no curso de uma determinada ação de família de cunho litigioso e considerando a existência de partes e interessados maiores e capazes, o Juiz deverá extinguir o feito e determinar que a demanda seja solucionado na via extrajudicial, por se tratar de via obrigatória.
- O procedimento especial previsto no Código de Processo Civil para o processamento das ações de família de cunho contencioso é aplicado durante todo o procedimento, mesmo se não houver acordo entre as partes e o feito necessitar de dilação probatória.

**Sobre as ações possessórias, é CORRETO afirmar:**

- As ações possessórias são processadas sob o procedimento comum previsto no Código de Processo Civil, porquanto inexistem elementos peculiares nesta espécie de ação que a torne especial, do ponto de vista procedimental.



**- Nas ações possessórias o objeto da demanda deve ser restrito à discussão da posse sobre o bem, não sendo permitida, em regra, a introdução de alegação fundada na propriedade, ressalvada a possibilidade de o réu articular a usucapião como matéria de defesa, consoante entendimento sumulado pelo Supremo Tribunal Federal.**

- No procedimento aplicável às ações possessórias é incabível a concessão de medida liminar. Em havendo a necessidade de tutela provisória, deverá o requerente formular pedido de tutela de urgência, prevista no Livro V, da Parte Geral do Código de Processo Civil.

- Ocorre a turbação na posse quando se evidenciar a perda total ou parcial dos direitos possessórios, especialmente no que se refere à gestão sobre o objeto possuído, razão pela qual a medida processualmente adequada é a ação de reintegração de posse.

- Não é lícito ao réu formular pedido contraposto contra o autor na ação possessória, mesmo que aquele introduza fundamento assentado na agressão de bem sob sua posse, precisamente o objeto do litígio, porquanto este procedimento não possui natureza dúplice.

**Se o réu, em ações que tramitem pelo procedimento comum, arguir a sua ilegitimidade passiva, sabendo quem é o verdadeiro legitimado, assinale a alternativa CORRETA:**

- O magistrado necessariamente deverá extinguir o processo sem resolução de mérito.

- O magistrado facultará ao autor a substituição do réu, sem custas adicionais ou honorários.

**- O réu terá o ônus de indicar o nome do verdadeiro legitimado, sob pena de, não o fazendo, arcar com as despesas processuais decorrentes da extinção do processo sem resolução do mérito, bem como indenizar o autor pelos prejuízos decorrentes da falta de indicação.**

- O réu não terá o ônus de indicar o verdadeiro legitimado, mesmo tendo conhecimento de quem seja, pois tal configuraria violação ao princípio da estabilidade subjetiva da demanda.

- Se o réu indicar o verdadeiro legitimado, o autor poderá substituir o sujeito do polo passivo, mas não trazer o legitimado para figurar como litisconsorte passivo.

**Sobre a competência, assinale a alternativa CORRETA:**

- A citação do réu torna prevento o juízo, e fixa a competência.

- Há conflito de competência quando um juiz se declara incompetente.

- As ações de divórcio são de competência exclusiva da autoridade judiciária brasileira, quando as partes forem brasileiras.

- A cláusula de eleição de foro não obriga os herdeiros e sucessores dos contratantes.

**- É competente o foro do lugar do ato ou fato para a ação de reparação de dano.**



**Ao executado é lícito requerer ao magistrado o parcelamento da dívida. Sobre o tema, assinale a alternativa CORRETA:**

- A concessão do parcelamento depende da aceitação do exequente, não podendo o magistrado julgar contra a vontade deste.
- Após requerer o parcelamento da dívida em execução, o executado somente precisará depositar as parcelas após a sua concessão pelo juízo.
- Como o pedido de parcelamento deve ser formulado no prazo para embargos, o magistrado poderá concedê-lo se o executado desistir dos embargos já interpostos e requerer o parcelamento dentro do prazo de 15 dias, a contar da juntada do mandado de citação aos autos da execução.
- Se, após concedido o parcelamento pelo magistrado, o executado não pagar alguma das parcelas, a execução não atingirá as parcelas vincendas, mas somente as vencidas.
- **O parcelamento da dívida em execução não pode ser concedido de ofício pelo magistrado.**

**Sobre os meios de expropriação, assinale a alternativa CORRETA:**

- A adjudicação constitui direito exclusivo do exequente.
- A adjudicação constitui direito exclusivo do exequente e do cônjuge do executado, em igualdade de condições.
- A alienação por iniciativa particular não foi recepcionada pelo CPC de 2015.
- A arrematação a preço vil é anulável.
- **A consignação em folha de pagamento, da verba alimentar em execução, poderá atingir até 50% do valor líquido percebido pelo executado.**

<b>DIREITO PENAL</b>
----------------------

**Em relação às assertivas abaixo, assinale a alternativa CORRETA, no que se refere ao princípio da legalidade:**

**I – É proibido o uso da analogia contra o réu.**

**II – É proibido o uso do costume incriminador bem como é proibida a criação de tipos penais vagos e indeterminados.**

**III – É proibida a aplicação da lei penal incriminadora a fatos (que não eram considerados crimes) praticados antes de sua vigência.**

- Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- Apenas a assertiva II está correta.

**- Todas as assertivas estão corretas.**

**Em relação às assertivas abaixo, sobre a aplicação da lei penal no tempo, assinale a alternativa CORRETA:**



**I – Considera-se o crime praticado no tempo da ação ou omissão, mesmo que outro seja o momento do seu resultado.**

**II – Para efeito de prescrição, o Código Penal brasileiro adotou a teoria do resultado (art. 111, I), de forma que o crime começa a prescrever da data do resultado.**

**III – Caso após a prática de um crime sobrevenha uma lei penal mais branda ao acusado, ela não incidirá sobre o caso, uma vez que sua vigência se deu apenas quando o crime já estava consumado.**

**- Apenas as assertivas I e II estão corretas.**

- Apenas as assertivas II e III estão corretas.

- Apenas as assertivas I e III estão corretas.

- Todas as assertivas estão corretas.

- Apenas a assertiva II está correta.

**Em relação às assertivas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:**

**I – Para que se considere em legítima defesa, deve-se sacrificar um interesse juridicamente tutelado para salvar-se de um perigo que somente pode ser resguardado mediante a lesão de outro.**

**II – Estando presente qualquer das causas de exclusão de ilicitude previstas no art. 23 do Código Penal, estará afastada a contrariedade da conduta com direito, não havendo que se falar em crime.**

**III – Entende-se em legítima defesa aquele que, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão futura a direito seu ou de outrem.**

- Apenas as assertivas I e II estão corretas.

- Apenas as assertivas I e III estão corretas.

- Apenas as assertivas II e III estão corretas.

**- Apenas a assertiva II está correta.**

- Apenas a assertiva III está correta.

**Em relação às assertivas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:**

**I – A legislação penal brasileira estabelece, atualmente, duas modalidades de penas: a privativa de liberdade e a restritiva de direitos.**

**II – As penas restritivas de direitos atuam de forma autônoma em relação à pena privativa de liberdade e só podem ser aplicadas após a delimitação da respectiva pena privativa de liberdade, uma vez que esta é um dos elementos a se avaliar na concessão ou não da conversão da pena.**

**III – A pena da perda de bens e valores dar-se-á em favor do Fundo Penitenciário Nacional. Tal perda não poderá ultrapassar o valor do prejuízo causado pela infração penal ou do proveito obtido pelo agente.**

- Apenas as assertivas I e II estão corretas.

- Apenas as assertivas I e III estão corretas.

**- Apenas as assertivas II e III estão corretas.**

- Apenas a assertiva III está correta.



- Todas as assertivas estão corretas.

**Em relação às assertivas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:**

**I – No que toca à prescrição da pretensão executória da pena de multa, convém lembrar que, com o advento da Lei n. 9.268/1996, que passou a considerar a pena pecuniária como dívida de valor, seu prazo passou a ser de cinco anos, e são aplicadas as causas suspensivas e interruptivas da legislação tributária para a hipótese.**

**II – A prescrição no caso de evasão do condenado ou de revogação do livramento condicional é regulada pelo tempo que resta da pena.**

**III – A prescrição da pretensão punitiva é aquela que implica na perda da possibilidade de aplicação e execução da sanção penal, em face do decurso do tempo.**

**- Apenas as assertivas I e II estão corretas.**

- Apenas as assertivas I e III estão corretas.

- Apenas as assertivas II e III estão corretas.

- Todas as assertivas estão corretas.

- Apenas a assertiva II está correta.

**Em relação às assertivas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:**

**I – Na hipótese de homicídio doloso, o juiz poderá deixar de aplicar a pena, se as consequências da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que torne desnecessária a sanção penal.**

**II – Tanto o aborto terapêutico ou necessário (utilizado para salvar a vida da gestante ou impedir riscos iminentes à sua saúde em razão de gravidez anormal) quanto o aborto necessário (feito para interromper a gravidez decorrente de estupro, desde que com o consentimento da gestante) não configuram crimes, embora sejam fatos típicos.**

**III – O infanticídio é um crime comum, pois pode ser praticado por qualquer pessoa.**

- Apenas as assertivas I e II estão corretas.

**- Apenas a assertiva II está correta.**

- Apenas as assertivas II e III estão corretas.

- Apenas as assertivas I e III estão corretas.

- Apenas a assertiva I está correta.

**Em relação às assertivas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:**

**I – Em relação ao crime de furto noturno, o critério para definir repouso noturno é variável, não se identificando exatamente com o período noite (ausência de luz natural), mas com o período a partir do qual as pessoas do local costumemente recolhem-se para o repouso.**



**II – No que toca ao crime de roubo, a majorante do emprego de arma de fogo só se aplica ao roubo próprio e não ao roubo impróprio.**

**III – Comete o crime de apropriação indébita o agente que, abusando da condição de possuidor ou detentor, passa a ter o bem móvel como seu, dele arbitrariamente se apropriando.**

**- Apenas as assertivas I e III estão corretas.**

- Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- Apenas a assertiva III está correta.
- Todas as assertivas estão corretas.

**Em relação às assertivas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:**

**I – Improbidade administrativa e prevaricação constituem crimes praticados por funcionário público contra a Administração em geral.**

**II – O crime de exploração de prestígio ocorre quando o agente solicitar ou receber dinheiro ou qualquer outra utilidade, a pretexto de influir em testemunha, servidor público, advogado ou juiz.**

**III – Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem posse em razão do cargo, ou desviá-lo em proveito próprio ou alheio, corresponde a corrupção passiva.**

- Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- Apenas a assertiva I está correta.
- Apenas a assertiva II está correta.
- Apenas a assertiva III está correta.

**- Todas as assertivas estão incorretas.**

**Em relação às assertivas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:**

**I – Para a configuração do delito de prevaricação, exige-se o dolo específico consistente na satisfação de interesse ou sentimento pessoal.**

**II – Dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei caracteriza o crime de peculato.**

**III – Praticar violência, no exercício de função ou a pretexto de exercê-la, constitui o crime de exercício arbitrário das próprias razões.**

**- Apenas a assertiva I está correta.**

- Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- Todas as assertivas estão corretas.
- Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- Apenas as assertivas II e III estão corretas.

**Em relação às assertivas abaixo, assinale a alternativa CORRETA sobre os crimes hediondos:**

**I – O crime de corrupção é classificado como crime hediondo.**



**II – A pena por crime hediondo previsto neste artigo será cumprida inicialmente em regime fechado.**

**III – A prisão temporária para crimes hediondos terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.**

- Todas assertivas estão corretas.
- Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- **Apenas as assertivas II e III estão corretas.**
- Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- Apenas a assertiva I está correta.

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

O sistema processual penal adotado pela Constituição Federal de 1988 é o denominado acusatório, sendo moldado através de princípios que lhe dão corpo, estruturam e orientam a atuação das partes. Considerando o tema em foco, assinale a alternativa que apresenta **ERRONIA**:

- **Diante do princípio da busca da verdade real, o juiz não fica adstrito à atuação das partes, tendo plena iniciativa probatória sobre qualquer fato ou circunstância que possa vir a lhe formar convencimento, corrigindo assim as ineficiências das partes.**

- Segundo o princípio denominado favor rei, havendo dúvida acerca da interpretação que se possa empregar a uma norma processual penal, deve ser acolhida aquela mais benéfica à defesa.
- O princípio da obrigatoriedade/legalidade da ação penal diz respeito propriamente às ações públicas incondicionadas, todavia, diante da previsão de institutos como a transação penal e o acordo de não persecução penal, tem sido relativizado em determinados casos.
- Diante do princípio do estado de inocência resta vedada a adoção de medidas que possam restringir a liberdade e direitos de todo cidadão, salvo, evidentemente, aquelas de cunho cautelar e devidamente amparadas legal e justificadamente.
- Não há que se falar em quebra do princípio da publicidade quando o magistrado, como diretor do processo, veda o acesso de terceiros a audiências para evitar escândalo, inconveniente grave ou perigo de perturbação da ordem.

No tocante à ação penal privada, indique a assertiva que apresenta **ERRONIA** de acordo com o previsto na lei processual penal:

- **Não se admite na ação penal privada a renúncia tácita e tampouco o perdão tácito.**

- A queixa poderá ser oferecida por procurador, desde que este detenha poderes especiais, devendo constar do instrumento do mandato o nome do querelante e a menção do fato criminoso, salvo quando tais esclarecimentos dependerem de diligências que devem ser previamente requeridas no juízo criminal.



- O Ministério Público velará pela indivisibilidade da ação penal privada, sendo que a queixa contra qualquer dos autores do crime obrigará ao processo de todos.
- O perdão concedido pelo querelante a um dos querelados aproveitará a todos, todavia não produzirá efeito em relação ao que o recusar.
- O perdão somente poderá ser aceito por procurador se este receber poderes especiais para tanto.

**Sobre procedimentos, assinale a alternativa CORRETA, de acordo com o CPP:**

**- Os processos que apurem a prática de crime hediondo terão prioridade de tramitação em todas as instâncias.**

- O procedimento comum será apenas ordinário ou sumário.
- Apresentadas as alegações finais por memoriais, o juiz terá o prazo de 5 dias para proferir a sentença.
- Nas infrações penais de menor potencial ofensivo, quando o juizado especial criminal encaminhar ao juízo comum as peças existentes para a adoção de outro procedimento, observar-se-á o procedimento ordinário.
- No procedimento sumário cada parte pode arrolar até 8 (oito) testemunhas.

**Sobre medidas cautelares pessoais, assinale a alternativa CORRETA, de acordo com o Código de Processo Penal:**

- No caso de descumprimento de medida cautelar diversa da prisão, o juiz poderá, de imediato, decretar a prisão preventiva.
- Ao receber o pedido de medida cautelar, o juiz sempre deverá determinar a intimação da parte contrária para se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias, acompanhada de cópia do requerimento e das peças necessárias, permanecendo os autos em juízo.
- Transcorridas 24 horas após o recebimento do auto de prisão em flagrante, a não realização de audiência de custódia sem motivação idônea ensejará também a ilegalidade da prisão, a ser relaxada pela autoridade competente, sem prejuízo da possibilidade de imediata decretação de prisão preventiva.**
- Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.
- Decretada a prisão preventiva, deverá o órgão emissor da decisão revisar a necessidade de sua manutenção a cada 60 (sessenta) dias, mediante decisão fundamentada, de ofício, sob pena de tornar a prisão ilegal.

**A respeito da prisão domiciliar disciplinada no CPP, será cabível sua concessão nas seguintes hipóteses, EXCETO:**

- Pessoa maior de 80 anos de idade.
- Gestantes.
- Mulher com filho de até 12 anos de idade incompletos.
- Pessoa extremamente debilitada por motivos de doença grave.





**- Homem com filho de até 12 anos de idade incompletos, ainda que não seja o único responsável pelos cuidados da criança.**

**Quanto à pena restritiva de direitos é CORRETO afirmar:**

- A prestação de serviços à comunidade consiste na obrigação de permanecer aos sábados e domingos por cinco horas diárias, em casa de albergado ou outro estabelecimento adequado.

- A limitação de fim de semana consiste no confisco em favor do fundo penitenciário nacional de quantia que pode atingir até o valor referente ao prejuízo causado ou do proveito obtido pelo agente ou por terceiro, em consequência da prática do crime.

- A limitação de fim de semana impede que o apenado possa sair de sua residência ou manter contato externo, em qualquer horário do dia ou da noite.

**- Interdição temporária de direitos consiste na proibição de exercício de cargo, função ou atividade pública, bem como de mandato eletivo, proibição de exercício de profissão, atividade ou ofício que dependam habilitação especial, de licença ou autorização do poder público, suspensão de autorização ou de habilitação para dirigir veículo, proibição de frequentar determinados locais.**

- Classificam-se em: 1 - Prestação pecuniária; 2 - Perda de bens e valores; 3 - Prestação de serviços à comunidade ou a entidade pública; e 4 - Limitação de fins de semana.

**Quanto à pena privativa de liberdade é CORRETO afirmar:**

- São três as penas privativas de liberdade: reclusão, detenção e restritivas.

- A pena de reclusão pode ser cumprida em pelo menos quatro regimes: aberto, semiaberto, fechado e domiciliar.

- A pena de livramento condicional deve ser imposta na sentença penal condenatória.

**- A pena privativa de liberdade é cumprida em regime progressivo. É um programa gradual de cumprimento da privação da liberdade, por fase ou etapas.**

- A pena privativa de liberdade pode ser fixada quando do decreto de prisão preventiva, antes mesmo da sentença penal condenatória.

**Nulidades no direito processual penal:**

**- É correto afirmar que no processo penal encontramos uma série de atos realizados por aqueles que nele intervêm: juiz, partes, ministério público, auxiliares da justiça, etc. São atos jurídicos porque realizados pelo homem, regulados pelo direito e produzindo consequências jurídicas, de natureza processual porque se realizam dentro do processo.**

- Todos os atos, na verdade, devem ser realizados conforme determina a lei. Quando é realizado de acordo com os ditames legais, diz-se ato processual atípico. Ao contrário, quando realizado de forma contrária a lei, denomina-se típico.

- A nulidade relativa ocorre quando não for possível convalidar o ato, não se admitindo qualquer ato saneador: ou o ato é renovado por inteiro ou simplesmente retificado.

- Nulidade absoluta é aquela que admite convalidação (pode ser sanada).



- No processo penal não se discute nulidades relativas mas, tão somente, as absolutas, em virtude do princípio da ampla defesa.

**O modelo adotado pelo Código de Processo Penal, formulado na década de 40, resulta em duas fases distintas da persecução penal: uma prévia, investigatória, identificada com o sistema processual penal inquisitório, e a segunda, em Juízo, inspirada no sistema acusatório. Quanto às características da aludida primeira fase da *persecutio criminis*, aponte a assertiva que NÃO PODE SER TIDA COMO VERDADEIRA a respeito:**

**- Se comprovada eventual ilegalidade ou nulidade do procedimento investigativo, estará fulminada a ação penal nele embasada, devendo esta ser extinta.**

- O indiciado, o ofendido, ou seu representante legal, podem requerer a produção de prova nesta fase, todavia será realizada, ou não, a juízo da autoridade.
- É presidido por autoridade policial, tendo por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria.
- O inquérito policial é o principal meio de investigação no campo penal, todavia é admitida a propositura de ação penal com base em elementos colhidos em outros procedimentos, como um processo administrativo disciplinar.
- Nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá sem ela ser iniciado o inquérito, e, nos crimes de ação privada, a autoridade policial somente confeccionará o inquérito a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la.

**De acordo com o CPP, ao proferir sentença, o juiz:**

- Poderá atribuir definição jurídica diversa ao fato narrado na acusação, desde que não resulte na aplicação de pena mais grave.
- Não poderá condenar o acusado, acaso, nos crimes de ação pública, o Ministério Público tenha requerido a absolvição.
- Não poderá reconhecer agravantes não alegadas pelo Ministério Público no curso da ação penal pública.
- **Absolverá o acusado acaso remanesça dúvida fundada sobre a existência de causa excludente da ilicitude.**
- Manterá a prisão preventiva do acusado que for absolvido, se este tiver permanecido preso no curso do processo.

## DIREITO ADMINISTRATIVO

**A investidura em cargo público ocorrerá com a:**

- **Posse.**
- Nomeação.
- Transferência.
- Ascensão.
- Cessão.



**A investidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens, é:**

- A reversão.
- A readaptação.
- **A reintegração.**
- A recondução.
- A transferência.

**É dispensável a licitação:**

**I. Na contratação de instituição brasileira incumbida, regimental e estatutariamente, de pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos.**

**II. Na contratação de associação de portadores de deficiência física, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, por órgãos ou entidades da Administração Pública, para prestação de serviços ou fornecimento de mão de obra, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.**

**III. Para as organizações industriais da Administração federal direta, em face de suas peculiaridades e cujos materiais sejam aplicados exclusivamente na manutenção, reparo ou fabricação de meios operacionais de infraestrutura.**

**IV. Na contratação realizada por empresa pública ou sociedade de economia mista com suas subsidiárias e controladas, para aquisição ou alienação de bens, prestação ou obtenção de serviços, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.**

**V. Na compra de bens de natureza divisível e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo, com vistas à ampliação da competitividade, podendo o edital fixar quantitativo mínimo para preservar a economia de escala.**

**Conforme a Lei, é CORRETO o que consta apenas em:**

- III, IV e V.
- II e III.
- I e V.
- **I, II e IV.**
- Nenhuma está correta.

**No que concerne aos princípios administrativos, é INCORRETO afirmar que:**

- O princípio da moralidade impõe ao administrador o dever de, além de obedecer à lei jurídica, regrar suas condutas funcionais de acordo com a lei ética e em consonância com regras tiradas da disciplina interior da Administração, posto que nem tudo o que é legal é honesto.
- A busca pelo aperfeiçoamento na prestação de serviços públicos, exigindo do administrador resultados positivos que atendam às necessidades da comunidade e seus membros, caracteriza o princípio da eficiência.



- O princípio da impessoalidade obriga a Administração Pública a agir de modo imparcial em relação aos administrados, bem como proíbe a promoção pessoal de autoridade ou servidores públicos sobre suas realizações.

**- O Poder Público pode criar obrigações ou impor vedações aos administrados, independentemente da existência de lei prévia.**

- O princípio da isonomia fundamenta a responsabilidade civil do Estado por ato lícito, devendo o administrado comprovar que sofreu um prejuízo especial e anormal.

**Os princípios da Administração Pública estabelecidos expressamente na Constituição Federal são:**

- Eficiência, razoabilidade, objetividade, indisponibilidade e finalidade.

- Capacidade, pessoalidade, razoabilidade, autotutela e disponibilidade.

- Moralidade, eficiência, razoabilidade, autotutela e disponibilidade.

**- Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.**

- Indisponibilidade do interesse público, continuidade do serviço público e legalidade.

**Dentre os atributos do ato administrativo, é CORRETO indicar:**

- Disponibilidade, exigibilidade, impessoalidade e auto executoriedade.

- Indisponibilidade, capacidade do agente, imperatividade e discricionariedade.

**- Presunção de legitimidade, imperatividade, exigibilidade e auto executoriedade.**

- Objetividade, discricionariedade, presunção de legitimidade e inexigibilidade.

- Competência, finalidade, forma, motivo e objeto.

**Quanto à presunção de legitimidade do ato administrativo, AFIRMA-SE que é:**

**- Relativa.**

- Absoluta.

- Totalitária.

- Permanente.

- Inexistente.

**A respeito dos instrumentos de invalidação dos atos administrativos, é CORRETO afirmar que:**

**- A revogação é ato discricionário pelo qual a Administração extingue um ato válido, por razões de conveniência e oportunidade; já a anulação decorre de ilegalidade, podendo ser feita pela Administração como também pelo Poder Judiciário.**

- A revogação é ato vinculado, praticado apenas pela Administração; por sua vez, a anulação é de competência exclusiva do Poder Judiciário, gerando efeitos retroativos.

- A revogação somente poderá ser praticada pela Administração em decorrência de vício por ilegalidade; em contrapartida a anulação será declarada por decisão judicial, quando presentes razões de conveniência e justiça.



- A revogação deverá ser praticada pela Administração quando presentes razões pertinentes ao desvio de finalidade; por sua vez, a anulação do ato administrativo somente poderá ser efetuada pela Administração, tendo em vista razões de conveniência e oportunidade.
- A revogação poderá ser realizada pelo Poder Judiciário sempre nos casos dos elementos do ato, em especial quanto ao motivo e objeto.

**Tendo ocorrido uma enchente causada por chuvas, com danos a moradores locais, foi comprovado que os serviços prestados pela Administração Municipal foram ineficientes, além do que os bueiros de escoamento das águas estavam entupidos e sujos, principalmente pelo depósito acumulado de terra e argila. Nesse caso, a Administração:**

- Não será responsável porque o fato não ocorreu pela conduta de seus agentes.
- Deverá indenizar os moradores por força da responsabilidade objetiva.
- **Responderá pelos danos causados em face da responsabilidade subjetiva.**
- Não será responsável em face da culpa exclusiva dos moradores por eventual depósito de lixo no local.
- Haverá responsabilidade objetiva pelo risco integral.

**Em tema de recurso no processo administrativo previsto na Lei n. 9.784/99 é INCORRETO afirmar que:**

- O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de cinco dias, o encaminhará à autoridade superior.
- O recurso administrativo tramitará no máximo por três instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa.
- **O não conhecimento do recurso impede a Administração de rever de ofício o ato ilegal, ainda que ocorrida a preclusão administrativa.**
- O recurso administrativo, quando a lei não fixar prazo diferente, deverá ser decidido no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir do recebimento dos autos pelo órgão competente.
- O órgão competente, interposto o recurso, para dele conhecer deverá intimar os demais interessados a fim de que, no prazo de cinco dias úteis, apresentem alegações.

## DIREITO TRIBUTÁRIO

**Acerca do lançamento tributário, é CORRETO afirmar que:**

- Havendo decisão administrativa definitiva que anule determinado lançamento fiscal por vício formal, fica impedido o fisco de efetuar novo lançamento para constituição do crédito tributário.
- O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo não pode ser alterado.
- Lançamento de ofício é a modalidade em que o contribuinte declara, apura e recolhe o



tributo devido, para ulterior homologação pelo fisco.

- Lançamento por declaração é a modalidade na qual a legislação atribui ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa.

**- O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.**

**Acerca da Suspensão da Exigibilidade do Crédito tributário, é CORRETO afirmar:**

- Em qualquer caso, a moratória somente abrange os créditos definitivamente constituídos à data da lei ou do despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.

**- O depósito do montante integral do tributo devido é uma prerrogativa do contribuinte e que dispensa qualquer prévia autorização para ser realizado.**

- A suspensão da exigibilidade do crédito tributário dispensa contribuinte do cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso, ou dela consequentes.

- A concessão de parcelamento, quando concedido em caráter individual, prescinde de prévia autorização legal.

- O pagamento é a causa de suspensão da exigibilidade do crédito tributário que impede a incidência de juros legais.

**Em relação à Competência Tributária e às funções de arrecadação e fiscalização (Capacidade Tributária), pode AFIRMAR CORRETAMENTE que:**

- A função de arrecadar e a de fiscalizar, assim como a competência tributária são indelegáveis

- A competência tributária é delegável apenas à outra pessoa jurídica de direito público, mas a função de arrecadar e fiscalizar é indelegável.

- A capacidade tributária é atribuída exclusivamente pela Constituição Federal

- Ambas são sempre delegáveis, desde que mediante lei complementar.

**- A competência é indelegável até mesmo para outra pessoa jurídica de direito público ao passo que a função de arrecadar tributos é delegável a qualquer pessoa.**

**Determinado Município, com o objetivo de criar um polo comercial, resolveu editar lei de incentivo fiscal, concedendo isenção de ISS durante 5 anos para empresa que se estabelecesse no referido Município, desde que a mesma gerasse no mínimo 30 empregos e implicasse num investimento mínimo de R\$ 300.000,00. A empresa XPTO, cumprindo os requisitos, instalou-se no Município e passou a gozar o benefício. Considerando que a empresa vem cumprindo integralmente os requisitos exigidos pela lei, neste caso a isenção concedida à empresa XPTO:**

- Pode ser revogada a qualquer momento, através de lei.



- Pode ser revogada a qualquer momento, através de decreto do prefeito municipal.
- **Não pode ser revogada.**
- Pode ser revogada, mas deve observar a regra da anterioridade.
- Pode ser revogada de ofício, por ato da autoridade fiscal municipal

**Assinale a alternativa CORRETA:**

- É de competência dos Estados instituir imposto sobre a importação de produtos estrangeiros.
- **É de competência da União instituir o imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.**
- A União pode instituir mediante lei complementar quaisquer tipos de impostos, ainda que não estejam especificamente discriminados na Constituição Federal.
- As taxas podem ser cobradas exclusivamente em razão do exercício do poder de polícia.
- Nenhuma das alternativas está correta.

**Assinale a alternativa CORRETA:**

- Compete aos Estados instituir o imposto sobre grandes fortunas nos termos e lei complementar.
- **Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir imposto sobre a transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos.**
- Compete aos Municípios instituir o imposto sobre a propriedade de veículos automotores.
- As taxas podem ser cobradas pela prestação de serviços públicos indivisíveis.
- Nenhuma das alternativas está correta.

**Assinale a alternativa CORRETA:**

- Compete aos Estados instituir tributos sobre a propriedade territorial rural.
- Compete aos Estados instituir tributos sobre a circulação de mercadorias, bem como sobre serviços de qualquer natureza.
- **Compete aos Municípios instituir imposto sobre a propriedade territorial urbana.**
- Compete aos Estados instituir imposto sobre a transmissão “*inter vivos*”, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.
- Nenhuma das alternativas está correta.

**Sobre a conceituação da expressão “legislação tributária”, de acordo com o CTN, assinale a alternativa CORRETA:**

- A expressão consiste no ato jurídico elaborado pelo poder legislativo competente.
- É o conjunto de leis em sentido restrito que tratem, parcialmente ou em sua totalidade, sobre situações tributárias.



- A nomenclatura “legislação tributária” pode ser traduzida para as normas gerais integrantes do ordenamento jurídico nacional que versem sobre tributos.
- **Compreende as leis, os tratados e as convenções internacionais, os decretos e as normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes.**
- Concebe todas as normas abstratas integrantes do ordenamento positivo nacional que tratem sobre tributos.

**Sobre as Imunidades Tributárias, de acordo com o CTN e a CF/88, assinale a alternativa CORRETA:**

- Podem ser sintetizadas como normas que somente atingem certos fatos e situações indeterminados ou determinados.
- Se constituem em uma restrição constitucional que corresponde ao exercício positivo da competência tributária.
- **Estão amparadas pela Imunidade Tributária a renda das autarquias, os templos de qualquer culto, o papel destinado à impressão de jornais e as instituições de educação, no que se refere aos seus serviços específicos e nos limites da lei.**
- As Imunidades Tributárias não amparam os serviços prestados pelos Partidos Políticos.
- As Imunidades Tributárias contemplam todas as instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, de forma ampla e irrestrita.

**Sobre o Crédito Tributário, de acordo com o CTN, assinale a alternativa CORRETA:**

- **A concessão de medida liminar em mandado de segurança é uma modalidade de suspensão do crédito tributário.**
- As circunstâncias que modificam o crédito tributário afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.
- O crédito tributário regularmente constituído pode ser modificado ou extinguido nos casos previstos em Lei ou demais diplomas infralegais.
- O crédito tributário decorre da obrigação acessória e tem a mesma natureza desta.
- A decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória, suspende a exigibilidade do crédito tributário.

**DIREITO EMPRESARIAL**

**De acordo com o Código Civil (Lei n. 10.406, de 10.01.2002) e suas alterações, assinale, dentre as alternativas abaixo, a CORRETA:**





- Na sociedade limitada, independentemente da integralização ou não da totalidade do capital subscrito, os sócios respondem limitadamente na proporção da sua participação no capital social, sem presunção de solidariedade.
- A regência supletiva, nas sociedades limitadas, ocorre automaticamente pelas normas da sociedade anônima, tenha ou não o contrato social da sociedade esta previsão.
- **A sociedade limitada pode ser constituída por 1 (uma) ou mais pessoas. Se for unipessoal, aplicar-se-ão ao documento de constituição do sócio único, no que couber, as disposições sobre o contrato social.**
- Na sociedade limitada, o uso da firma ou denominação social é privativo dos sócios e administradores que tenham os necessários poderes.
- A sociedade limitada é administrada por duas ou mais pessoas, que comporão a diretoria da sociedade e deverão sempre ser designadas no contrato social e a administração atribuída no contrato social a todos os sócios se estende de pleno direito aos sócios que posteriormente adquiram essa qualidade.

**Lei n. 10.406, de 10.01.2002 (Código Civil) e suas alterações, ao tratar das sociedades, as dividiu em sociedades personificadas e não personificadas. De acordo com a legislação pertinente ao assunto, assinale a alternativa CORRETA:**

- A sociedade simples é aquela formada por quem exerce habitual e profissionalmente atividade econômica organizada, voltada à produção ou circulação de bens ou serviços, com intuito de comercializá-los.
- A sociedade em conta de participação, sociedade personificada, cuja atividade constitutiva do objeto social é exercida unicamente pelo sócio ostensivo, em seu nome individual e sob sua própria e exclusiva responsabilidade, cabendo aos sócios participantes os resultados correspondentes e para constituir-se depende de certas formalidades.
- Na sociedade em nome coletivo, sociedade de pessoas voltada à consecução de atividade econômica, todos os sócios, pessoas físicas ou jurídicas, responderão solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, de modo que seus bens particulares poderão ser executados por débitos da sociedade, se o quinhão social for insuficiente para cobrir as referidas dívidas.
- A sociedade cooperativa, modalidade de sociedade empresária, portanto, sujeita a inscrição na Junta Comercial, tem como finalidade a produção agrícola ou industrial, ou a circulação de bens ou de serviços, voltada ao atendimento de seus sócios.
- **Na sociedade limitada, o capital social é dividido em quotas, iguais e desiguais, cabendo uma quota ou diversas a cada sócio e a sua não integralização por parte de qualquer sócio no tempo devido, poderá resultar na sua exclusão como sócio, caso os demais sócios assim decidirem.**

**A Lei n. 6.404, de 15.12.1976, conhecida como Lei das Sociedades por Ações, e suas alterações, disciplina a sociedade anônima. Dentre as alternativas abaixo, assinale a CORRETA:**



- É um requisito preliminar para a constituição das sociedades anônimas, independentemente do seu objeto ou formação, a realização, como entrada, de 10% (dez por cento), no mínimo, do preço de emissão das ações subscritas em dinheiro e cujo depósito deverá ser efetuado no Banco do Brasil S.A., ou em outro estabelecimento bancário autorizado pela Comissão de Valores Mobiliários.

**- A sociedade anônima ou companhia terá o capital social dividido em ações, e a responsabilidade dos sócios ou acionistas será limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas. O capital social da sociedade anônima pode ser representado por ações ordinárias e preferenciais, mas o número de ações preferenciais sem direito a voto, ou sujeitas a restrição no exercício desse direito, não pode ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do total das ações emitidas pela sociedade.**

- A sociedade anônima pode, como forma de captar recursos financeiros, emitir títulos negociáveis estranhos ao capital social, dentre entes, partes beneficiárias, debêntures e bônus de subscrição. Tanto as sociedades anônimas de capital aberto como as de capital fechado podem emitir partes beneficiárias.

- A administração da sociedade anônima competirá, conforme dispuser no estatuto social, ao conselho de administração e à diretoria, ou somente à diretoria. Os membros do conselho de administração não poderão ser eleitos para cargos de diretoria na mesma sociedade anônima.

- A sociedade anônima, entre outros títulos negociáveis, pode emitir debêntures que, no ato de sua emissão deve ficar determinado quanto à conversibilidade ou não em ações. Caso se trate de debêntures com cláusula de conversibilidade em ações, aos atuais acionistas da sociedade emissora não será concedido o direito de preferência para subscrever a emissão de debêntures.

**A Lei n. 11.101, de 09.02.2005 (Lei Falimentar), trata da recuperação extrajudicial, da recuperação judicial e da falência. No processo falimentar os créditos serão pagos de acordo com a ordem de classificação determinada na Lei Falimentar. Dentre as alternativas abaixo, que tratam sobre a ordem de classificação de créditos na falência, assinale a CORRETA:**

**- Os créditos trabalhistas de natureza estritamente salarial vencidos nos 3 (três) meses anteriores à decretação da falência, até o limite de 5 (cinco) salários mínimos por trabalhador, serão pagos tão logo haja disponibilidade em caixa.**

- Os créditos derivados da legislação do trabalho e os decorrentes de acidentes de trabalho são limitados a 150 (cento e cinquenta) salários mínimos por credor e têm preferência a todos os demais créditos na ordem de pagamento no processo falimentar.

- Os créditos tributários, independentemente da sua natureza e tempo de constituição, excetuadas as multas tributárias, serão pagos com preferência a todos os demais créditos no processo falimentar.

- Os créditos extraconcursais são os que decorrem de obrigações assumidas após a decretação da falência e, portanto, são pagos após os créditos concursais, aqueles existentes quando da decretação da falência.



- Os créditos dos sócios e dos administradores sem vínculo empregatício, assim denominados de créditos subordinados, prevalecem a todos os demais créditos na ordem de classificação de créditos concursais no processo falimentar.

**A Lei n. 11.101, de 09.02.2005, trata da recuperação extrajudicial, da recuperação judicial e da falência. Dentre as alternativas abaixo, assinale a CORRETA:**

- O devedor em crise econômico-financeira que julgue não atender aos requisitos para pleitear sua recuperação judicial poderá requerer ao juízo sua falência, expondo as razões da impossibilidade de prosseguimento da atividade empresária, acompanhados dos documentos exigidos na Lei Falimentar.
- Durante o processo falimentar, o administrador judicial não poderá alugar ou celebrar outro contrato referente aos bens da massa falida, mesmo que seja com o objetivo de produzir renda para a massa falida.
- O juízo da falência é indivisível e competente para conhecer, indistintamente, todas as ações sobre bens, interesses e negócios do falido.
- **A decisão que decreta a falência da sociedade com sócios ilimitadamente responsáveis acarreta a falência destes que ficam sujeitos aos mesmos efeitos jurídicos produzidos em relação à sociedade falida e, por isso, deverão ser citados para apresentar contestação, se assim desejarem.**
- O mandato conferido pelo devedor, antes da falência, para a realização de negócios, não cessará seus efeitos com a decretação da falência, cabendo ao mandatário prestar contas de sua gestão.

**De acordo com a Lei n. 7.357, de 02.09.1985, que trata sobre o cheque, dentre as alternativas abaixo, assina e CORRETA:**

- No cheque, o mandato contido no endosso se extingue por morte do endossante ou por superveniência de sua incapacidade.
- Somente o emitente do cheque, no ato da emissão, pode cruzar o cheque, mediante a oposição de dois traços paralelos no anverso do título. Uma vez recebido o cheque sem o cruzamento, o portador não pode cruzá-lo.
- No momento da entrega do cheque pelo emitente ao portador, este deve pedir ao emitente que dê o aceite do cheque para completar a operação da emissão do cheque.
- **No cheque, o aval deve indicar o avalizado. Na falta de indicação, considera-se avalizado o emitente.**
- O pagamento do cheque pode ser garantido no todo por aval prestado por terceiro, exceto o sacado, ou mesmo por signatário do título, não admitindo o aval parcial.

**De acordo com a legislação brasileira, que trata sobre os títulos de crédito, assinale a alternativa CORRETA:**

- A nota promissória é uma promessa de pagamento feita pelo devedor ao credor. É facultado ao credor exigir do devedor que ele faça a nomeação de uma pessoa para dar o aceite no título, que pode ser modificativo ou limitativo.



**- A duplicata, título mercantil originário de uma fatura, admite reforma ou prorrogação do prazo de vencimento, mediante declaração em separado ou nela escrita, assinada pelo vendedor ou endossatário, ou por representante com poderes especiais.**

- Se na letra de câmbio a indicação da quantia a satisfazer se achar feita por extenso e em algarismos, e houver divergência entre uma e outra, prevalece a que estiver em algarismos.

- O cheque é pagável à vista. Considera-se não escrita qualquer menção em contrário. Deve ser apresentado para pagamento, a contar do dia da emissão, no prazo de 30 (trinta) dias, quando emitido no lugar onde houver de ser pago e de 60 (sessenta) dias, quando emitido em outro lugar do País ou no exterior e prescreve em 6 (seis) meses, contados da data da sua apresentação.

- Na letra de câmbio, os sacadores, aceitantes, endossantes ou avalistas de uma letra de câmbio não possuem responsabilidade solidária para com o portador.

**Lei n. 10.406, de 10.01.2002 (Código Civil), introduziu no Brasil a Teoria dos Atos de Empresa em substituição a Teoria dos Atos de Comércio. Dentre as alternativas abaixo, assinale a CORRETA:**

- Considera-se nome empresarial a firma ou a denominação adotada, de conformidade com a Lei, para o exercício da empresa e deve se distinguir de qualquer outro já inscrito no mesmo registro. O nome empresarial pode ser objeto de alienação.

- A pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário, se a exercer, não responderá pelas obrigações contraídas.

- A pessoa que vem exercendo atividade própria de empresário e que venha se tornar incapaz para tal atividade, não pode continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, e deve, portanto, extinguir a empresa.

- Os cônjuges, qualquer que seja o regime de casamento, estão impedidos por Lei de contratar sociedades entre si ou com terceiros.

**- O estabelecimento, composto pelo complexo de bens corpóreos ou incorpóreos organizado necessário à atividade empresarial pode ser objeto de alienação. Não havendo autorização expressa, o alienante do estabelecimento não pode fazer concorrência ao adquirente, nos cinco anos subsequentes à transferência.**

**A Lei n. 11.101/05 e a Lei Complementar n. 147/14 dispõem sobre Plano de Recuperação Judicial para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. De acordo com os dispositivos destas Leis, assinale a alternativa CORRETA:**

- O pedido de recuperação judicial com base em plano especial acarreta a suspensão do curso da prescrição e das ações e execuções por créditos não abrangidos pelo plano.

**- O plano especial de recuperação judicial preverá o pagamento da 1ª (primeira) parcela no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da distribuição do pedido de recuperação judicial.**



- As microempresas e as empresas de pequeno porte, conforme definidas em Lei, deverão apresentar plano especial de recuperação judicial, desde que afirmem a intenção de fazê-lo na petição inicial de que trata a Lei Falimentar.
- O plano especial de recuperação judicial será apresentado no prazo previsto na Lei Falimentar e deverá abranger exclusivamente os créditos quirografários.
- O plano especial de recuperação judicial preverá o parcelamento em até 36 (trinta e seis) parcelas, mensais, iguais e sucessivas, corrigidas monetariamente e acrescidas de juros de 12% ao ano (doze por cento ao ano).

**De acordo com o Código Civil brasileiro (Lei n. 10.406, de 10.01.2002), assinale a alternativa CORRETA:**

- Para que se possa considerar que uma sociedade é coligada ou filiada de outra sociedade, há necessidade de que aquela sociedade tenha a participação superior a 10% (dez por cento) do capital da outra, sem controlá-la.
- Transformação é a operação pela qual a sociedade passa de um tipo societário para outro e que ocorre a dissolução da sociedade transformada.
- É considerada simples participação a sociedade de cujo capital social outra sociedade possua 10% (dez por cento) do capital com direito de voto.
- **Fusão é a operação pela qual se unem duas ou mais sociedades para formar sociedade nova, que lhes sucederá em todos os direitos e obrigações.**
- Incorporação é um processo em que uma ou várias sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações e que origina uma nova personalidade jurídica.

**LÍNGUA PORTUGUESA**

**Assinale somente a frase gramaticalmente CORRETA:**

- **Conforme declarações anexadas.**
- Conforme declaração que segue anexo.
- Conforme cartas anexo.
- Conforme cartas anexados.
- Conforme documentos que seguem anexas.

**Em relação aos ensinamentos de vírgula, observe os períodos A e B e assinale a alternativa CORRETA:**

- (A) “Governo oferece reajuste de 3,2% aos aposentados que pleiteiam valor maior”
- (B) “Governo oferece reajuste de 3,2% aos aposentados, que pleiteiam valor maior”
- O uso da vírgula em B não alterou o sentido do período em relação à A; apenas deu



ênfase à oração subordinada.

- Houve alteração de sentido, uma vez que, em B, o reajuste é oferecido apenas aos aposentados que o pleiteiam; e, em A, o reajuste é oferecido aos aposentados em geral.
- Há a necessidade de mais uma vírgula em B, depois de “reajuste”.
- Há necessidade de mais uma vírgula em A depois de “Governo”.
- **Houve alteração de sentido, uma vez que, em A, o reajuste é oferecido apenas aos aposentados que o pleiteiam; e, em B, o reajuste é oferecido aos aposentados em geral.**

**Qual é a frase que está escrita INCORRETAMENTE?**

- Por que você não me ajudou ontem?
- **Nunca saberei porquê você não me deu aquele jogo.**
- Diga-me o porquê de você não ter me ajudado ontem.
- Ele era gordo porque só comia doce.
- Porque era gordo, ninguém acreditava que emagreceria.

**Assinale a alternativa cujos destaques se encontram DE ACORDO com a nova ortografia.**

- **"A não homologação do Auto, neste caso, é medida que se impõe. Da mesma forma, inviável a homologação do YY em relação à conduzida XX."**
- “XX, devidamente individuado nos autos do processo retro-mencionado, aforou embargos do devedor contra S., igualmente qualificado, arguindo, preliminarmente, a nulidade da execução, por falta de título que a justifique; a prescrição do direito do embargado.”
- "São interesses supra individuais, indivisíveis e insuscetíveis de personificação; e pertencem a todo um grupo de pessoas ligadas por algum aspecto da vida em comum.”
- “Alegou, também, que a ré não fora intimada extra-judicialmente pela autora, para comparecer ao Agente Financeiro.”
- “À luz do que dispõe o art. 21, do anexo 13, supra-transcrito, depreende-se que uma vez infringido este diploma legal, primeiramente terá a empresa cancelado de ofício o seu registro de micro-empresa, vindo a ser notificada a pagar todos os tributos e contribuições devidos, como se isenção alguma houvesse existido, sem prejuízo da multa.”

**Assinale a alternativa cujo hífen (ausência ou presença) se encontra em DESACORDO com a nova ortografia.**

- semiaberto / intermunicipal.
- infra-assinado / coerdeiro.
- **co-autor, co-herdeiro.**
- corréu/autoestrada.
- contra-arrazoar, coocupante.

**Assinale a alternativa cuja acentuação se encontra em DESACORDO com a nova ortografia.**

- constrói, ideia, assembleia.
- leem, deem, preveem.
- jiboia, réu, anzóis.
- **européia, paranóico, coronéis.**
- vêm, veem, têm.

**Assinale a alternativa CORRETA considerando a escrita atual.**

- O acento na forma verbal destacada em “Eles reproduzem a lei ambiental, mas têm a capacidade [...]”, seguindo as recomendações da última reforma ortográfica, é opcional.
- De acordo com a nova ortografia, passando para o plural o período “Segundo o criminalista, outro trecho prevê condenação [...]”, teria esta redação: “Segundo os criminalistas, outros trechos prevêem condenação [...]”.
- **É correta a construção: “Hoje a legislação não pode ser transportada, mas em outros tempos pôde.”**
- A forma verbal destacada em “Atualmente é permitido o aborto em caso de risco de vida para a gestante” deverá receber acento diferencial, pois é forma verbal indicando parar.
- De acordo com a nova ortografia a palavra “pólo” recebe acento na frase: “Surge então a problemática da obrigatoriedade ou não da presença da pessoa jurídica de direito público no pólo passivo da ação de segurança.”

**Sobre o uso dos pronomes demonstrativos, assinale a alternativa CORRETA.**

- Os assuntos da próxima aula serão esses: crase e colocação pronominal.
- **Na traseira do caminhão, lia-se esta frase: “Viva a sua vida e deixe a dos outros.”**
- Aquele lápis que está em seu poder é de primeira linha.
- Esta senhora de vestido vermelho, lá no fundo da sala, é minha chefe.
- Literatura e Linguagem me fascinam: essa me desenvolve o raciocínio; aquela, a sensibilidade.

**Assinale a alternativa que preenche CORRETAMENTE as lacunas.**

I. Sei o motivo \_\_\_\_\_ ele não foi convocado.

II. Ele não o procurou, \_\_\_\_\_?

III. \_\_\_\_\_ é sonhador, o jovem cultiva ideais.

- por quê - porquê - porque
- porquê - por quê - porque
- por que - porque - porque
- porque - porquê - porquê
- **por que - por quê - porque**



**Assinale o único período que NÃO atende às regras da gramática formal.**

- **Falou por duas horas há cerca da necessidade de aplicações bancárias.**
- Desejo residir na Capita daqui a cerca de dois anos.
- Mostrou-se cauteloso acerca da divisão dos bens.
- O Tribunal de Justiça fica a cerca de dez quilômetros.
- A cerca de vinte metros tem uma escola.

## JUIZADOS ESPECIAIS

**O Juizado Especial Cível NÃO é competente para processar e julgar:**

- Ações com valores de alçada até 40 salários mínimos.
- **Ações falimentares.**
- Ações de despejo para uso próprio.
- Ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente a 40 salários mínimos.
- Ações de cobrança de honorários advocatícios.

**Sobre a legitimidade ativa nos processos que tramitam perante o Juizado Especial Cível, assinale a alternativa CORRETA:**

- Segundo a Lei n. 9.099/1995, as sociedades por ações, conhecidas como S/A, podem propor ação perante o Juizado Especial Cível.
- Os cessionários de direito de pessoas jurídicas podem ajuizar demandas sob o rito da Lei n. 9.099/1995.
- **As sociedades de crédito ao microempreendedor, assim definidas na Lei n. 10.194/2001, podem ser autoras perante o Juizado Especial Cível.**
- As microempresas podem ajuizar ações no Juizado Especial Cível, excluídas as microempresas optantes pelo sistema de tributação simplificada conhecido como SIMPLES.
- As pessoas jurídicas de direito público podem ser autoras no Juizado Especial Cível.

**Sobre os processos que tramitam pelo rito da Lei n. 9.099/1995 é CORRETO afirmar:**

- **Não será admitida a reconvenção, sendo lícito ao réu, na contestação, formular pedido em seu favor, nos limites do art. 3º da Lei n. 9.099/1995, desde que fundado nos mesmos fatos que constituem objeto da controvérsia.**
- A citação editalícia é permitida nos processos que tramitam perante o Juizado Especial Cível.
- Obtida a conciliação, esta será reduzida a escrito e não necessita ser homologada pelo Juiz togado mediante sentença.
- Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, e devem ser requeridas previamente, podendo o Juiz limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias.
- A sentença mencionará os elementos de convicção do Juiz, com breve resumo dos





fatos relevantes ocorridos em audiência, sendo indispensável o relatório.

**Assinale a alternativa que é um princípio da mediação e da conciliação:**

- Resistência ao diálogo.
- **Confidencialidade.**
- Não comparecimento do autor a solenidade.
- Comparecimento da parte sem procurador.
- Obrigatoriedade de celebração de acordo.

**Assinale a alternativa que NÃO é requisito obrigatório para atuar como mediador:**

- Ser pacificador.
- Ter empatia.
- Ser cortês.
- **Ser advogado.**
- Ter disponibilidade.

**Sobre a revelia no Sistema dos Juizados Especiais, o Fórum Nacional dos Juizados Especiais já enunciou:**

- a) O preposto que comparece sem Carta de Preposição obriga-se a apresentá-la, no prazo que for assinado, para a validade de eventual acordo. Não formalizado o acordo, incidem, de plano, os efeitos de revelia.
- b) O oferecimento de resposta, oral ou escrita, não dispensa o comparecimento pessoal da parte, ensejando, pois, os efeitos da revelia.
- c) Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia.

- Somente 'b' e 'c' estão corretas.
- Todas as alternativas estão incorretas.
- Somente 'a' e 'c' estão corretas
- **Todas as alternativas estão corretas.**
- Somente a alternativa 'c' está correta.

**Sobre as posturas de Mediador e de Conciliador é CORRETO:**

- O Conciliador apoia as partes na reflexão para a sua decisão, que emergirá das próprias partes.
- **O Conciliador propõe soluções às partes do processo, sendo postura mais interveniente do que a do Mediador.**
- O Mediador propõe soluções às partes do processo, sendo postura mais interveniente do que a do Conciliador.
- O Mediador age de forma a interferir no problema das partes, sugerindo alternativas para a composição do litígio, até que as partes adotem uma de suas sugestões.



- Para atuação como Mediador ou Conciliador é condição mínima o bacharelado em Direito.

**Sobre o Fórum Nacional de Juizados Especiais (FONAJE), é CORRETO afirmar:**

- É o órgão do Poder Judiciário que centraliza a uniformização de jurisprudência no plano nacional, para os Juizados Especiais.

- É órgão externo ao Poder Judiciário que centraliza a uniformização de jurisprudência no plano nacional, para os Juizados Especiais.

- É instância doutrinária de discussão e aprimoramento dos Juizados Especiais que centraliza a uniformização de jurisprudência no plano nacional, para os Juizados Especiais.

**- É instância doutrinária de discussão e aprimoramento dos Juizados Especiais que emite Enunciados que pretendem revelar o resultado prevalente da interpretação dada à lei pelos Juízes que compõe o Sistema dos Juizados Especiais, a partir de votações em que se atribui um voto para cada Estado do Brasil.**

- É instância jurisprudencial de discussão e aprimoramento dos Juizados Especiais que centraliza a uniformização de procedimentos no plano nacional, para os Juizados Especiais.

**Sobre tutela provisória de urgência nos Juizados Especiais, assinale a alternativa CORRETA:**

- Não há previsão legal no procedimento da Lei n. 9.099/95, portanto, não se pode lançar mão de pedidos cautelares ou antecipatórios quando o processo vai neste rito.

- Há Enunciado do Fonaje que recomenda não serem deferidas tutelas emergenciais (acautelatória ou antecipatória) em sede de Juizados, mas sem força vinculativa.

**- São cabíveis a tutela acautelatória e a antecipatória nos Juizados Especiais Cíveis.**

- É cabível a tutela acautelatória (em ação cautelar de rito especial) perante os Juizados Especiais e não é cabível o pleito antecipatório de urgência em processo que tramita pelo rito da Lei n. 9.099/95.

- É cabível apenas a tutela prévia em procedimento autônomo perante o próprio Juizado e não é cabível o pleito antecipatório de urgência em processo que tramita pelo rito da Lei n. 9.099/95.

**Os Juizados Especiais Cíveis inicialmente eram assim chamados um “Microsistema” e atualmente são considerados um Sistema. Seu conjunto de regras processuais é orientado por princípios expressos no art. 2º da Lei n. 9.099/95, em especial. Sobre a aplicação subsidiária de outras normas assinale a alternativa CORRETA:**

- Por ser um Sistema autônomo, não há aplicação subsidiária do Código de Processo Civil e seus princípios e regras.

- Por ser um Sistema não autônomo, não há aplicação subsidiária do Código de Processo Civil.



- A aplicação subsidiária do Código de Processo Civil remete, primeiramente, a buscar as regras dirigidas ao processo comum ordinário.
- **A aplicação subsidiária do Código de Processo Civil remete, primeiramente, a buscar regras dirigidas ao próprio Sistema, e somente na falta neles, no processo civil comum.**
- Por ser um Sistema não autônomo, há aplicação subsidiária do Código de Processo Civil apenas na fase de conhecimento e não na fase de execução e de cumprimento.